

RUBENS ROGÉRIO SAWAYA

## CORPORAÇÃO TRANSNACIONAL E O ESTADO NACIONAL: CONTROLE POR DENTRO

Recebido em 21/05/2020

Aprovado em 18/11/2020

# CORPORAÇÃO TRANSNACIONAL E O ESTADO NACIONAL: CONTROLE POR DENTRO

## Resumo

Após a II Guerra, o grande capital, por meio de investimentos diretos estrangeiros tanto entre os Estados centrais, como destes para os Estados periféricos, colocou em questão os Estados nacionais. Esse grande capital, ao adentrar a estrutura produtiva de outros Estados, integra em aliança com as burguesias locais frações de classe que estruturam e disputam o bloco no poder e que dão corpo ao Estado. A forma como se dá essa aliança entre as frações de classe interna e externa determina o poder do grande capital, da corporação transnacional, em cada espaço local. Essa aliança, que adentra os aparelhos de Estado e compõe sua burocracia, determina o grau de autonomia ou dependência de cada Estado em sua inserção no capitalismo mundial. Nos Estados periféricos, as relações de poder e controle não são mais estabelecidas pela lógica imperial (um Estado subordinando outro), mas por dentro dos aparelhos de Estado em cada local: um controle desde dentro.

**RUBENS ROGÉRIO  
SAWAYA**

Professor e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia Política do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

E-mail: [rrsawaya@gmail.com](mailto:rrsawaya@gmail.com)

[rsawaya@pucsp.br](mailto:rsawaya@pucsp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2506-5356>

**Palavras-chave:** Estado; dependência; internacionalização; capital transnacional; acumulação de capital

## **Abstract**

After the World War II, large capital, through direct foreign investment both between the central states, and from those to peripheral states, brought national states into question. This large capital, when occupying the productive structure of other states, in alliance with the local bourgeoisie, compose the fractions of class that structure and dispute the power block giving the body of the state. The way in which this alliance between internal and external classes fractions takes place determines the power of the great capital, of the transnational corporation, in each local. This alliance, that integrates the state apparatus and composes its bureaucracy, seems to determine the degree of independence or dependence of each state to global capitalism. In peripheral states, relations of power and control are no longer established by imperial logic (one state subordinating another), but within the state apparatuses in each place: a control from within.

**Keywords:** state; dependence; internationalization; transnational capital; accumulation of capital

## Introdução

Repensar as relações entre Estados dependentes e Estados centrais requer um mergulho na relação entre Estado e capital. A hipótese do artigo é que o capital transnacionalizado – que tem sua ação materializada na corporação capitalista – precisa atuar por dentro de cada Estado-nação, penetrando suas instituições e aparelhos burocráticos. O foco central do artigo está em como o capital, principalmente estrangeiro, transnacional, ao adentrar a estrutura econômica dos países, necessita penetrar também as estruturas de poder que constituem o próprio Estado para garantir o controle sobre a acumulação. Passa assim a se constituir como fração de classe na disputa pelo controle sobre os aparelhos de Estado em cada local.

Estado e capital se definem e existem apenas como manifestação das relações sociais, eles mesmos são relações sociais. Fundam-se nas formas pelas quais a sociedade se organiza em sua reprodução dinâmica, em seu processo de criação e recriação de sua existência enquanto sociedade.

Estados-nacionais são ou tornam-se mais ou menos dependentes em função da forma como os capitais individuais – as corporações que materializam o movimento do capital – disputam o espaço de acumulação, bem como disputam o protagonismo ou a hegemonia no conflito entre as frações de classe no processo de constituição do bloco de poder que dá forma ao Estado em cada nação.

Há diferenças na forma como cada Estado-nacional interage e atua no processo de acumulação de capital em escala mundial. Como exemplos concretos, pode-se destacar China, Japão, Coreia do Sul, ou, remontando a outros tempos, EUA e Alemanha no século XIX, como demonstrado por List (1983), Chang (2003), Amsden (2004) e outros. As formas de poder e controle que constituem a relação entre Estado e capital em cada espaço determinam o grau de autonomia e/ou dependência de cada Estado-nacional e como este se insere no processo de acumulação global de capital.

Qualquer Estado capitalista funciona como regente das contradições do processo de acumulação do capital em geral<sup>1</sup>. É o resultado de como as relações sociais em conflito que, no processo, o constituem. Na linguagem de Poulantzas, Estado é o espaço de condensação das relações sociais contraditórias entre as classes e as frações de classe que disputam o bloco de poder, a hegemonia. Assim, essa disputa constitui o próprio Estado – seus aparelhos, as instituições que o compõem e que atuam por seus braços burocráticos – e define sua ação.

A partir da mundialização do capital – principalmente dos anos 1980 em diante (CHESNAIS, 1996) –, que materializa o movimento das corporações transnacionais no processo de redistribuição de suas estruturas produtivas já internacionalizadas (desde o pós-guerra) em novas cadeias globais de valor, o objetivo deste artigo é entender de que forma este processo redefine as relações entre Estados-nação centrais e periféricos, entre aqueles Estados nacionais que se tornam protagonistas no espaço mundial e aqueles países que não conseguiram entrar na disputa pelo controle sobre a acumulação mundial de capital e, por isso, tornam-se Estados dependentes no movimento global do capital, que se tornou transnacional neste processo.

Nesse sentido, propõe que a própria lógica da dependência deva ser aprofundada para além do sentido econômico, tecnológico, que caracteriza a discussão tradicional. De um lado, a forma de subordinação parece não mais fundada unicamente – como no período imperialista clássico do século XIX<sup>2</sup> – em Estados nacionais associados ao capital nacional no exercício do poder político e militar sobre países – como proposto por Luxemburg (1983) e Lênin (1987) – e Estados periféricos que atuavam como apêndices políticos do Estado-nação central hegemônico (WOOD, 2004, pp. 49-60).

---

<sup>1</sup> Este termo é aqui utilizado para diferenciar “capital em geral” de “capital individual” ou “capital em particular”, termos utilizados por Marx principalmente no Livro III.

<sup>2</sup> Jaime Osório (2014, p. 163) busca diferenciar o imperialismo tradicional da mundialização de capital destacando também a mudança da forma do controle. Pode-se também dizer uma mudança na forma do imperialismo, questão que aqui também se busca apontar.

As relações de dependência e subordinação entre Estados centrais e periféricos constituem-se, no pós-II Guerra, como o resultado do movimento de internacionalização do capital por meio da onda de investimentos diretos estrangeiros (IDE) produtivos no bojo da institucionalidade demarcada nos acordos de Bretton Woods e no estabelecimento do dólar como moeda internacional (ver MOFFIT, 1984; EICHENGREEN, 2000). Essa nova institucionalidade havia sido a resposta política à pressão das próprias corporações – capitais individuais e seus sistemas de financiamento e gestão – em busca de novos espaços no mundo para a acumulação. Essa internacionalização inicia-se no processo de reconstrução europeia por IDE entre EUA e Europa e, posteriormente, ganha corpo na ocupação dos espaços relevantes do mundo a partir dos países da Tríade (EUA, Europa e Japão), principalmente para a América Latina. Nesse movimento, o poder do capital transnacional transporta-se para dentro das estruturas sociais, tanto nos Estados-nação do centro ou de origem das corporações, como nos Estados-nação periféricos. Esse poder realiza-se por meio das alianças com as frações de classe em cada país, em articulações que parecem “nacionais”, mas são permeadas pelos interesses do capital transnacional, das grandes corporações que penetram as estruturas do Estado. Nesse processo, as grandes corporações instalam-se nos países periféricos, movimento em que o capital transnacional se emaranha na estrutura econômica dependente, constitui-se uma nova “hegemonia por meios econômicos” (WOOD, 2004, p. 51), internalizada nos Estados-nacionais que, na periferia, tornam-se subordinados e dependentes, diferentemente dos Estados do centro.

A forma como esses capitais são recebidos em cada local, em cada país, como se imbricam em sua estrutura econômica e política, depende de como as frações de classe hegemônicas nesses locais assimilam esse movimento. São as frações da burguesia local que constituem e materializam o bloco de poder condensado no Estado que acabam por determinar o grau e a forma de dependência (periferia) ou de independência (centro) em cada espaço ocupado pelo capital transnacional. A forma de aliança entre as burguesias interna e internacional tem um papel central.

Poulantzas em *As classes sociais no capitalismo hoje*, na década de 1970, analisa os problemas da internacionalização do capital nos países do centro. Mostra as relações entre “metrópoles” apontando a diferença da forma como esse processo ocorre nos países periféricos. Discute as relações entre países e frações da burguesia no poder a partir do movimento do IDE dos EUA na Europa, reflexo do processo de internacionalização do capital analisado por Christian Palloix (1974) na mesma época. Para Poulantzas, o capital transnacional na Europa não elimina ou subordina a burguesia interna do país hospedeiro, mas se alia a ela. Essa aliança estabelece novas relações de poder e controle dentro da estrutura material que constitui cada Estado, e que não se materializam como relações de subordinação.

As diferenças na forma de assimilação do IDE transnacional estão relacionadas à estrutura dos Estados nacionais, sua institucionalidade e seus aparelhos de controle socialmente constituídos pelas frações da burguesia no bloco de poder. Essas estruturas e aparelhos não são estanques: modificam-se com a correlação de forças das frações de classe, do capital personificado nas corporações, da burguesia no poder. A composição interna dessas forças determina a forma como as frações de classe da burguesia interna assimilam o movimento do capital transnacional, o que determina seu grau de subordinação. Assim, a relação de subordinação maior ou menor define-se por dentro das relações sociais que constituem o Estado nacional.

O que aqui se busca destacar é que subordinação e dependência se relacionam à correlação interna de forças em cada país que adentra a estrutura do Estado-nacional. Países diferentes, com composições de poder de classe específicas, submetem-se, de forma própria, ao movimento de internacionalização do capital. Definem assim sua forma de participação na acumulação mundial de capital, estruturalmente. O resultado desse processo determina quais nações têm poder relativo para controlar sua participação na acumulação mundial de capital e quais estarão mais ou menos subordinadas, determinando as relações de dependência por dentro.

Com a mundialização do capital, cada Estado<sup>3</sup> cumpre o papel que lhe é historicamente característico de garantir a acumulação de capital dentro de seu espaço geográfico. “A forma política da globalização é [...] não um Estado global, mas um sistema global de múltiplos Estados” (WOOD, 2014, pp. 27-28). E o capital transnacional, uma vez integrado às estruturas do novo espaço em que se instala, precisa penetrar cada Estado, sua ossatura, seus aparelhos de poder, de modo a garantir sua reprodução ampliada nesse novo local, a extração de valor excedente e sua apropriação. “[...] o Estado continua sendo um ponto vital de concentração de poder capitalista, até mesmo, ou especialmente, no capitalismo global de hoje, e o império do capital depende de um sistema de estados múltiplos” (*ibidem*, p.24).

O que se deseja aqui apontar é que, como demonstra Wood, a forma de controle deixa de ser predominantemente militar ou de um Estado central sobre um Estado periférico como era característico do imperialismo clássico. Como destacava Poulantzas já na década de 1970, a forma de controle pelo capital ocorre por dentro dos aparelhos em cada Estado-nacional, com o capital transnacional em aliança ou cooptando a “burguesia interna e compradora”, o capital nacional. Wood denomina essa forma de controle de “império do capital”. Poulantzas forneceu a dica de como esse “império” funciona.

O objetivo deste artigo é, a partir da análise de como se organiza o capital transnacional hoje, suas cadeias de valor, bem como o Estado e suas relações com o capital em geral e individual, demonstrar como as alianças das frações de classe (interna e externa), na ocupação da estrutura do Estado, passam a exercer o controle do processo dinâmico da acumulação de capital a partir de dentro de cada Estado nacional. Assim analisa-se como se constitui o Estado capitalista para em paralelo mostrar como funciona o grande capital transnacional moderno, com o fim de demonstrar a lógica e a necessidade de o poder ser exercido por dentro de cada Estado nacional disperso. É nesse processo que alguns Estados nacionais aprofundam estruturalmente

---

<sup>3</sup> Jaime Osório fez uma discussão similar e complementar a este ponto (OSÓRIO, 2014, p. 174).

sua dependência, que passa a ser exercida a partir de dentro das estruturas do próprio Estado.

## **O Estado capitalista**

O que constitui o Estado capitalista? O objetivo desta parte é entender a complexidade contraditória que caracteriza o Estado capitalista a partir de alguns autores-chaves<sup>4</sup>, para entender sua constituição como relação social, resultado das forças sociais, da disputa entre classes sociais que compõe a própria estrutura do Estado e, dessa forma, os mecanismos de controle sistêmico.

O Estado é constituído como resultado de relações sociais específicas, da condensação de forças que disputam o poder. O Estado é necessário onde existem classes sociais antagônicas (CLASTRES, 1978, p.142) em conflito pela apropriação da riqueza. No capitalismo o Estado traz para dentro de sua estrutura o conflito social. “*The state is not an instrumental entity existing for itself, it is not a thing, but the condensation of a balance of forces*” (POULANTZAS, 1976, p.98). O capital é também relação social como define a Economia Política. O “modo de produção” capitalista é uma forma específica histórica de como a sociedade se organiza econômica e socialmente para produzir e reproduzir sua existência, nunca podendo separar o econômico (produção) e o político (relação social).

O Estado capitalista não é autônomo enquanto representante do capital em geral, mas é relativamente autônomo em relação aos capitais individuais, ao capital em particular, em relação às frações de classe em conflito. Por esse prisma entende-se aqui o conceito de “autonomia relativa” de Poulantzas<sup>5</sup>. O capital, enquanto capital em geral, constitui-se por relações sociais de poder que se materializam na garantia da propriedade privada

---

<sup>4</sup> Não tem como objetivo discutir os atores em si, suas contradições, mas levantar como eles ajudam a explicar o Estado capitalista em sua forma atual.

<sup>5</sup> Essa lógica dialética, contradição presente em Poulantzas, resolve a crítica que Jaime Osório faz a este autor.

sobre os meios de produção, sobre o trabalho alheio, na forma de organização do trabalho. A relação de controle que garante a apropriação do valor criado excedente é ofuscada pela “lei do valor”, mas se torna concreta em relações contratuais entre indivíduos juridicamente livres, em leis. Essa relação atua como véu que garante a extração de mais valia para a acumulação ampliada de capital no “mercado livre” entre os capitais individuais, e que ocorre, aparentemente, sem interferência do político. O Estado capitalista, seus aparelhos, a burocracia, são os elementos que fornecem a base regulatória para que a extração de valor e a acumulação de capital ocorram sem violência explícita, segundo “as leis” ou o “acordo” entre indivíduos e capitais individuais (corporações). Assim se materializa a relação entre o geral e o particular.

O Estado é o portador em seus aparelhos, bem como difusor, da ideologia que conforma essa estrutura social, criada no âmbito das relações sociais. A ideologia ordena as “decisões isoladas em um contexto de vida geral dos seres humanos e esforça-se” para manter os indivíduos atrelados aos interesses coletivos da sociedade (LUKÁCS, 2010, p. 47), no caso, interesses do capital em geral no processo de acumulação de capital que se materializa na institucionalidade do Estado, por dentro dele. “A ideologia dominante que o Estado reproduz e inculca tem por função [...] constituir o cimento interno dos aparelhos de Estado e da unidade de seu pessoal” (POULANTZAS, 1985, p. 179).

O Estado capitalista concretamente é o lugar de condensação de forças sociais constituídas nas disputas pelo poder entre as frações de classe que compõem e ocupam a sua estrutura. São as forças sociais hegemônicas que o constituem.

Em uma formação social, composta por numerosas classes sociais, e em particular, em uma formação capitalista, onde a classe burguesa está constitutivamente dividida em frações de classe, o terreno da dominação política não é ocupado por uma só fração de classe. É por uma aliança específica de várias classes e frações de classe – aliança que em outro lugar

designei pelo termo *bloco no poder*. Assim, as contradições entre as classes e frações de classe dominantes assumem, muitas vezes, uma importância determinada no que concerne às formas de Estado e de Regime. [...] o bloco no poder, como acontece em qualquer aliança, não é normalmente composto por classes ou frações de classe de importância igual, partilhando entre si pedaços do poder. Ele só pode funcionar regularmente na medida em que uma classe ou fração dominante impõe uma *dominação particular* aos outros membros da aliança no poder, em suma: na medida em que ela lhes consegue impor a sua *hegemonia* e cimentá-los sob sua égide. (POULANTZAS, 1978, pp. 78-79)

A aparente dissolução das classes sociais em indivíduos juridicamente constituídos, por hipótese como iguais, dá ao Estado a aparência de ente autônomo, representante geral, não de interesses de classe, mas de indivíduos, inclusive dos trabalhadores. Assim toma a aparência de um terceiro externo que zela por indivíduos (ver SAES, 1997) autônomos, desvinculados de suas relações sociais no “mercado”. Essa individuação permite ao Estado apresentar-se como representante do coletivo, como se fosse fundado no “poder de indivíduos”. Por essa fragmentação, que desvincula os sujeitos de sua real forma de participação social, garante controle do capital em geral sobre os indivíduos dispersos. E o Estado toma a aparência de entidade superior, autônoma, capaz de organizar e mediaras relações entre os capitais individuais (corporações) e entre estes e os trabalhadores, ambos ligados materialmente pela lógica da acumulação do capital em geral. Como já dizia Marx, é dessa forma que o Estado media a “luta entre o interesse geral e o interesse particular” (MARX, 2000, p.24).

*This ideology of individualization not only serves to mask and obscure class relations (the capitalist State never presents itself as a class State), but also plays an active part in the divisions and isolation (individualization) of the popular masses”. (POULANTZAS, 1976, p. 73)*

*[...] The individualization and privatization of the social body are grounded on practices and techniques of power employed by a State which, in one and the*

*same movement, totalizes the divided monads and incorporates their unity into its institutional structure (ibidem, p. 80).*

*[...]The individual-private is not a limitation on, but the very conduit of the power of the modern state ... The limits derive from popular struggles and the class relationship of forces [and] its condensation in the State (ibidem, p. 82).*

Como aponta Poulantzas, essa individuação das relações está ligada à privatização do corpo social – base das formas de controle das frações de classe hegemônicas sobre o Estado, e do Estado como agente autônomo.

O Estado só está separado da lógica do capital em geral em sua aparência; uma aparência necessária para que os mecanismos de controle sejam eficientes. Ele atua no âmbito do capital em geral separado dos capitais individuais particulares, as corporações, e dos indivíduos, trabalhadores/consumidores. O Estado apresenta-se como um “outro” em abstrato, impessoal, como se materializasse a “mão invisível” de Adam Smith. Por isso, por em sua aparência não ser controlado por ninguém – ou ser controlado de forma impessoal por uma burocracia eficiente tida como técnica, independente e superior aos conflitos sociais –, ganha respeitabilidade e confiança como organizador do sistema de indivíduos, seja em sua forma neoliberal, seja antagonicamente como um administrador keynesiano. Aparece assim como “Estado sujeito” (POULANTZAS, 1985, p. 150). Isso é essencial para o exercício do poder pelas frações de classe que constituem o bloco no poder.

Assim, o Estado, mesmo como o resultado da condensação de forças das frações de classe hegemônicas em conflito e tendo sua materialidade constituída por essas forças, ocupa, dessa forma, o lugar de aparato totalizador que organiza a ordem social em sua forma capitalista, o capital em geral, garantindo sua reprodução sob controle da lógica do capital. Assim, Mészáros<sup>6</sup> aponta:

---

<sup>6</sup> O sentido aqui exposto, nos aspectos apontados pelos conceitos de capital em geral em diferença aos capitais individuais (nome que Marx usa para tratar das empresas ou corporações), tenta mostrar que existe uma complementaridade entre as contribuições de Poulantzas e Mészáros.

O Estado moderno altamente burocratizado, com toda a complexidade do seu maquinário legal e político, surge da absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital, e depois, por sua vez – na forma de uma reciprocidade dialética – torna-se uma pré-condição essencial para a subsequente articulação de todo o conjunto. Isso significa que o Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si [...]. (MÉSZÁROS, 2002, p. 108)<sup>7</sup>

Este seria o “sistema do capital”, do capital em geral, no qual o Estado torna-se peça central de seu funcionamento, ao mesmo tempo em que surge e se estrutura por dentro dessa ordem social e a partir dela, ordem que constitui o capital em geral em aparente oposição aos indivíduos isolados, sejam eles capitais individuais ou trabalhadores. “As determinações materiais diretas da ordem reprodutiva do capital são totalmente complementadas pela abrangente estrutura política de comando das formações estatais do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2015, p. 87). Nos termos de Poulantzas, “*the principal role of the state apparatuses is to maintain the unity and cohesion of a social formation by concentrating and sanctioning class domination, and in this way reproducing social relations, i.e. class relations*” (POULANTZAS, 1976, pp. 24-25).

Nesse sentido, o Estado aparece como um terceiro, mas que só tem sua existência real concreta em relação ao capital em geral, como relação social capitalista, fundado na disputa entre as frações de classe pelo espaço no poder e que constituem o bloco no poder. O Estado não é um representante dos capitais particulares, nem dos trabalhadores, mas do capital em geral.

O Estado capitalista deve sua existência e formato às relações contraditórias, anárquicas e conflituosas da lógica do processo de acumulação de capital. Assim, não pode perder sua autonomia relativa e simplesmente se

---

<sup>7</sup> Essa “ordem sociometabólica” caracteriza-se como “[...] uma estrutura totalizadora de controle à qual tudo mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim comprovar sua viabilidade econômica, ou perecer [...] [que] [...] sobrepõe tudo ao seu critério de viabilidade, desde as menores unidades [...] até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações sociais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos [...] monopólios industriais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

tornar um instrumento exclusivo de um capital em particular sob o risco de pôr em questão o próprio sistema sociometabólico, ou, na linguagem de Poulantzas, a “*reproduction of capital as a social relation*” (*ibidem*, p. 100).

Essa autonomia não é [...] uma autonomia do Estado frente às frações do bloco no poder, não advém da capacidade do Estado de se manter exterior a elas, mas é resultante do que se passa dentro do Estado. Essa autonomia se manifesta concretamente pelas diversas medidas contraditórias que cada uma dessas classes e frações, pela estratégia específica de sua presença no Estado e pelo jogo de contradições que resulta disso, conseguem introduzir na política estatal [...]. (POULANTZAS, 1985, pp. 155-156)

O poder do Estado deriva de sua própria existência estar conectada ao capital em geral e por conter em seu interior os conflitos inerentes entre o capital individual, as frações do capital ou da burguesia. É resultado das próprias disputas que formam o bloco no poder. Isto é central para a construção política e ideológica, que no fim é a base dos mecanismos de controle. Assim, garante a extração eficiente da mais-valia e a reprodução e disponibilidade da força de trabalho (*ibidem*, p. 203) na forma e no preço desejados pelo capital em geral. Adicionalmente, tem o papel de promover a recolocação incessante da mais-valia extraída pelo capital para a contínua expansão do processo de acumulação; zela, também, pela forma de apropriação da riqueza (*ibidem*, p. 204) ao regular as relações entre os capitais individuais e entre estes e os trabalhadores. Esses são os elementos que definem a escolha das políticas econômicas (fiscais, monetárias, cambiais), a decisão de gastos públicos, políticas sociais e de desenvolvimento, a forma de controle sobre o espaço geográfico da acumulação, elementos fundamentais na definição da estratégia fundada pelo bloco de poder que ocupa os aparelhos de Estado. O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar o campo de compromissos entre as classes dominantes e as classes dominadas, ao impor, muitas vezes, às classes dominantes certos sacrifícios materiais com o fim de permitir a sua reprodução (*ibidem*, p. 161) e a reprodução do capital em geral.

*On a terrain of political domination occupied by several classes and class fractions and divided by internal contradictions, the capitalist state, while predominantly representing the interests of the hegemonic class or fraction (itself variable), enjoys a relative autonomy with respect to that class and fraction as well as to the other classes and fractions of the power bloc. One reason for this is that its task is to ensure the general political interest of the power bloc as a whole, organizing the “unstable equilibrium of compromise” (Gramsci) among its components under the leadership of the hegemonic class or fraction; the other reason is that it organizes this hegemony with respect to the social formation as a whole, thus also with respect to the dominated classes, according to the specific forms that their struggles assume under capitalism. (POULANTZAS, 1976, p. 97)*

A burocracia ocupa os aparelhos e instituições dentro da estrutura do Estado. Constitui os braços que o move. Realiza sua ação concreta. Possui um papel de aparência técnica e neutra, mas que deve reproduzir a ideologia dominante do bloco no poder constituído pelas frações de classe que dão corpo ao Estado e justificam sua ação concreta. Por isso, nunca é uma burocracia “neutra”. Como normalmente seria formada por pessoal de alto nível acadêmico, oriundo das consideradas “melhores” universidades, sua ideologia interna veste-se com um figurino técnico que lhe dá a aparência de impessoal, como se não representasse os interesses de frações de classe específicas que constituem o bloco no poder. A ideologia assume, assim, uma aparência de técnica. Como aponta Coutinho,

*A burocratização, assim, aparece como um momento da alienação, na medida em que fetichiza determinados elementos da ação humana, transformando-os em “regras” formais pseudo-objetivas. [...] A práxis aparece agora como uma mera atividade técnica de manipulação; a objetividade se fragmenta numa coleção de dados a serem homogeneizados; e, finalmente, a razão reduz-se a um conjunto de regras formais subjetivas, desligadas do conteúdo objetivo daquilo a que se aplicam [...] uma “miséria da razão” [...]. (COUTINHO, 2010, pp. 41-43)*

Nesses termos, a burocracia nunca é superior ao conjunto de interesses que constituem a ação do Estado e que determinam as ações necessárias para reproduzir e estabilizar o bloco no poder. O controle real está acima da

burocracia, mas vem impregnado na sua formação (escolas de pensamento). Por isso, deter o controle sobre a burocracia, sobre sua formação, sobre os concursos públicos, é deter o comando sobre os braços de Estado que executam sua ação. Portanto, não é uma burocracia “bem treinada”, “eficiente”, aparentemente isenta de ideologia, que, dentro do Estado, permite seu “melhor” funcionamento. Ao contrário, a burocracia deve estar engajada em uma determinada ideologia materializada em aparatos “técnico-instrumentais” específicos para movimentar o Estado em determinado sentido. A burocracia estatal é “*defined by its relation to the state apparatuses*” com o papel de realização de determinada ideologia (POULANTZAS, 1976, p. 26).

Se esta burocracia é base da ação do Estado, ter controle sobre ela é deter o poder de administrar o processo de acumulação do capital em geral, por dentro do Estado, uma vez que esta burocracia é constituída na disputa entre as forças sociais e ideológicas. Adentrar os aparelhos de Estado pelo controle da burocracia é central para a fração hegemônica de classe que constitui o bloco no poder. É, portanto, necessário que a burocracia esteja permeada por microinteresses de frações das classes dominantes e tenha aparência “técnica e isenta”, de seguidora da “boa governança”.

Para possuir o controle do Estado, deve-se, portanto, penetrar suas instituições e aparelhos em sentido amplo, principalmente as universidades (MÉSZÁROS, 1996, p. 226), gerando uma ideologia específica. Essa ideologia conforma a ação do Estado para determinado fim. Por isso não há qualquer sentido, no capitalismo, em qualquer de suas fases históricas, “menos Estado”, como aponta falsamente a ideologia neoliberal, ao contrário.

O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como resultante das contradições das classes inseridas na própria estrutura do Estado [...] o Estado é o lugar de organização estratégica da classe dominante em sua relação com as classes dominadas. É um lugar e um centro de exercício do poder, mas que não possui poder próprio. (POULANTZAS, 1985, pp. 152-162)

Se o Estado capitalista é assim constituído, poder econômico e político em cada espaço de acumulação, em cada nação, nunca estão desvinculados. O Estado tem que ser “atravessado necessariamente pela [...] dinâmica das relações sociais em disputa. Instituições do Estado podem ser apropriadas ou influenciadas de forma majoritária por pressões de grupos ou classes específicas, fazendo com que a política estatal seja amplamente favorável aos seus interesses” (MASCARO, 2013, p. 47). No capitalismo, o Estado é o lugar onde se materializa o poder de controle sobre o processo de acumulação de capital. No interior de suas estruturas são definidas e acionadas as estratégias, as políticas que garantem a expansão do capital sob a ordem da fração de classe hegemônica que ocupa o bloco no poder naquele momento específico.

No processo histórico de acumulação mundial, o capital se concentra e se centraliza constituindo grandes corporações transnacionais que ocupam os espaços relevantes do mundo. Deter o poder e o controle sobre esses espaços geográficos é fundamental para seu contínuo processo de acumulação. Os Estados nacionais, constituídos no âmbito das relações de poder entre as frações de classe, detêm o controle relativo sobre esses espaços. As corporações nacionais ou transnacionais necessitam do Estado nacional para garantir sua contínua expansão. Por isso, buscam adentrar os aparelhos de Estado, controlar a burocracia em cada local. As formas de controle passam pelo comando sobre o Estado.

As grandes corporações [...] [atuam] como instituições controladoras predominantes no planeta, com as maiores dentre elas alcançando virtualmente todos os países do mundo e superando em tamanho e poder muitos governos. Progressivamente, mais do que o interesse humano, é o interesse das grandes corporações que define as agendas políticas dos Estados e dos organismos internacionais [...]. (KORTEN, 1996, p. 70).

## A moderna corporação

As corporações constituem-se como um conjunto de empresas/firmas atadas em rede em torno de um centro de controle. A conexão entre as empresas e o nódulo de controle pode se constituir por relações de propriedade ou participação acionária e/ou por relações contratuais de fornecimento, de direitos e licenciamento para a fabricação/comercialização de determinados produtos. Terceirização, *outsourcing*, fornecimento por terceiros ou concessão de direitos contratuais são termos que abarcam relações de controle sem propriedade, formas de controle nas quais predominam contratos. Conforme aponta Chesnais (1996, p. 33): “... os grupos industriais tendem a se organizar como ‘empresas-rede’. As novas formas de gerenciamento e controle, valendo-se de complexas modalidades de terceirização, visam a ajudar os grandes grupos a conciliar a centralização do capital com a descentralização das operações [...]”.

As relações de controle pela propriedade são as mais visíveis, enquanto as relações de controle por contratos firmados entre empresas independentes são difíceis de serem contabilizadas nas estatísticas. São formas que tomam corpo a partir da década de 1980, movimento conectado à mundialização de capital, mas que se expandem na década de 1990. Assim, em livro recente, Chesnais completa:

*MNEs [TNCs] already were identified in the 1980s as begging to use new forms of investment as distinct from FDI proper. These involved the use of intangible assets, such as technology or guaranteed access to central capitalist economy markets, as counterpart for the recognition of capital property rights and management controls in developing countries joint-venture firms. Cases of studies were made showing the range of arrangements. They heralded the non-equity modes of today. [...] that they include contract manufacturing, services outsourcing, contract farming, franchising, licensing, management contracts, and other types of contractual relationships through which TNCs coordinate activities in their global value chains and influence the management of host-country firms without owning an equity share of those firms. (CHESNAIS, 2016, p. 165)*

Williamson demonstra<sup>8</sup> como as empresas se interconectam por sistemas de contratos dentro das cadeias de valor (WILLIAMSON, 1985, cap. 4, 5 e 11). É uma forma eficiente de descentralizar o processo decisório e de diminuir os custos da administração sobre unidades dispersas, mantendo, ao mesmo tempo, o controle centralizado sobre a cadeia de valor. Cada unidade se comporta de forma independente, mas interligada contratualmente. Como reforça Cohen, nesse sentido, “*Corporation is no more than a web of contracts and other legal documents that tie together various parties to a specific company. In a broader legal term, a corporation (as distinct from a sole proprietorship or a partnership) is a freestanding entity separate from its owners*” (COHEN, 2007, p. 28).

Esta forma de organização da corporação permite um controle estratégico centralizado, eleva a capacidade de planejamento, tendo a produção e/ou a comercialização descentralizadas. Essa é a forma moderna de centralização de capital que garante o controle sem a propriedade, não apenas em cada local, mas mundialmente. A descentralização (WILLIAMSON, 1985, p. 296) permite que a corporação cresça e se espalhe em unidades produtivas pelo mundo sem os limites estruturais administrativos. A corporação torna-se um “enclave” que permite o planejamento com objetivo de controlar empresas relacionadas “a exemplo do que se passa com os pequenos fabricantes e fornecedores de componentes para automóveis produzidos para grandes multinacionais [...]” (HODGSON, 1994, p. 199).

A descentralização da produção ou comercialização em unidades independentes facilita o controle estratégico central. “Descentralização não é o contrário da centralização”, na verdade, “leva a centralização a um nível superior”, como já apontava Hymer (1978, p. 79). Com o desenvolvimento das corporações por esses mecanismos, “aumentou enormemente a sua capacidade para planejar em um nível mais alto [...] cobrindo horizontes de tempo mais prolongados em um espaço geográfico mais amplo” (*idem ibidem*). O

---

<sup>8</sup> Mesmo não sendo este seu objetivo, dado que partia do problema de custos de transação.

controle é centralizado e a estrutura operacional pode estar espalhada estrategicamente em qualquer lugar do planeta (cf. *ibidem*, p. 81).

Se Hymer, nas citações acima, nos anos 1970, ainda estava tratando do processo de internacionalização do capital, nos moldes do pós-guerra, com as empresas criando estruturas produtivas completas em outros Estados-nação, Williamson, Cohen e Chesnais mostram como hoje o controle sobre as cadeias de valor, das estruturas produtivas fragmentadas e dispersas, ocorre contratualmente. Dicken (1992 e outras edições) e Chesnais (2016) relatam vários exemplos. Como ressaltado por Cohen (2007, p. 84) “*A growing number of major companies in the high-tech sector contract out – outsource – to specialized assemblers and manufacturers*”, destacando ainda o papel político da nova corporação,

*huge organizations with considerable control over economic resources; they are not just business firms, but the most complex and most highly developed organizations in world capitalism, operating in the most important branches and the most highly concentrated sectors of the economy. These giant firms and their global strategies have become major determinants of trade flows and of the location of industries and other economic activities... These firms [...] have become major players not only in international economy but in international political affairs as well. (ibidem, p. 53)*

Um importante resultado dessas formas de centralização de capital, verticais ou horizontais, para trás ou para frente às cadeias de valor, é o fato de que a empresa que controla o nódulo da cadeia ter o poder de determinar os preços de compra e venda na rede de empresas interligadas. “*The TNC itself sets the transfer prices of its goods and services within its own organizational boundaries [...] this gives to TNV very considerable flexibility in setting its transfer prices to help achieve its overall goals [...] to adjust transfer prices either upwards or downwards [...]*” (DICKEN, 1992, p. 130). Assim, o núcleo central de controle, normalmente uma empresa *holding*, tem o poder de se apropriar do valor excedente criado em outros pontos da cadeia de valor, de qualquer unidade de produção instalada em qualquer lugar do mundo, sem

ter necessariamente relações de propriedade. Esse fato fortalece a empresa que está no nóculo de controle, bem como impulsiona a concentração e a centralização de capital no centro do sistema pela apropriação de valor das empresas localizadas em outros espaços. “*Superior bargaining power as buyers allows firms to capture a part, in many cases the large part, of the value created by smaller ones*” (CHESNAIS, 2016, p. 161).

As relações contratuais constituem formas de controle tanto para trás (matérias-primas) como para frente (produto acabado). Apenas como exemplos<sup>9</sup>: no setor automobilístico o núcleo de controle da cadeia está nas montadoras finais dos veículos, sendo que a produção de partes, peças e componentes pode estar espalhada no entorno ou em algum outro país; no setor de confecções, o centro de controle está na comercialização final dos produtos por corporações transnacionais (TNCs) que distribuem a produção terceirizada por países periféricos de mão de obra barata (*ibidem*, p. 161); no setor de *commodities* agrícolas, o controle está nas TNCs fornecedoras de adubos e sementes híbridas, que muitas vezes também detêm o controle da comercialização (*ibidem*, p. 117). As TNCs “*have been developing globally integrated competitive strategies*” (DICKEN, 1992, p. 144). “*The Constant capital ([productive] assets), variable capital (employment) and commodity capital (sales) are located outside of its national domicile – that is, the extent to which It accumulates capital in circuits that are transnational...*” (CARROLL, 2010, p. 91). Esse tipo de corporação constitui a Corporação Transnacional.

Se entre os anos 1950 e 1970 o movimento de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) sugeria um processo de expansão do capital multinacional do centro para a periferia pela industrialização, num aparente processo de convergência, o endividamento externo dos países nos anos 1980 expôs a nova forma de dependência (MARINI, 2000; DOS SANTOS, 2000) que se criava, reconstituindo o conceito centro-periferia. De outro lado, o tipo de IDE dos anos 1990, caracterizado por amplos processos de fusão, aquisição e *joint ventures* entre as grandes corporações, processo que pode ser denominado

---

<sup>9</sup> Ver também Dowbor (2017, capítulos 2 e 3).

“centralização” global de capital (SAWAYA, 2006), demonstra como esse movimento resultou na transnacionalização dessas corporações, tornando-as desconectadas de um único Estado-nação<sup>10</sup>. Onde está o comando desse grande capital? Teria perdido o centro de comando tornando-se apenas global, sem Estado ou sem um poder institucional por trás?

Sklair (2001) e Carroll (2010), olhando para o Ocidente<sup>11</sup>, demonstram que o movimento do capital mundial nos anos 1990 e 2000, principalmente em fusões e aquisições, resultou em uma centralização de poder e controle ainda maior sob o comando das grandes corporações, especificamente na Europa e nos Estados Unidos. As corporações têm seus escritórios administrativos nessas regiões, de onde controlam, por mecanismos de propriedade direta ou via contratos, uma enorme rede de subsidiárias produtivas e comerciais espalhadas em países escolhidos conforme sua estratégia central de distribuição de suas atividades produtivas e comerciais.

Isso “[...] suggests that corporate interlocking and successful capital accumulation are mutually reinforcing process, and that, particularly in Europe transnational networking makes a difference. Highly networked firms tend to remain near the top of the global corporate hierarchy and the boards of firms that have managed to stay near the top [...]” (CARROLL, 2010, p. 100). Carroll sustenta que isso acontece “without, however, introducing any major displacement of the networks from its Euro-Nort American centre of gravity” (ibidem, p. 108), e continua: “We found that the ties that proliferated between 1996 and 2006 were largely focused upon Western Europe and the Northern Trans-Atlantic” (ibidem, p. 110).

A centralização global pode ser vista nos dados da “Fortune Global 500” de 2018. As 500 maiores corporações, todas transnacionais, são responsáveis por um faturamento de US\$ 30 trilhões no mundo, cerca de 40% do PIB

---

<sup>10</sup> Esse movimento confundiu autores como Hardt e Negri (2002), que imaginaram um imperialismo sem império.

<sup>11</sup> No caso da Ásia, a China acabou por centralizar a mesma forma de controle entre os países de região.

mundial de US\$ 80 trilhões. Elas empregam 68 milhões de pessoas de um total de 3,4 bilhões que compõem a força de trabalho no mundo. Apesar de ser imprecisa a classificação de origem por conta da propriedade cruzada entre as empresas, dentre as 500 corporações, 137 são classificadas como europeias, empregam 17 milhões de pessoas e faturam US\$ 7,9 trilhões; 126 são dos EUA, empregam 16,6 milhões e faturam US\$ 8,8 trilhões; 111 são chinesas (entraram nos últimos 10 anos), empregam 20 milhões e faturam US\$ 6,7 trilhões; 52 são japonesas, empregam 5,6 milhões e faturam US\$ 2,9 trilhões. Esse grupo possui 85,2% das 500 corporações, emprega 59,2% do total de trabalhadores e controla 87,6% do faturamento. Dentre as 10 no topo da lista em faturamento, seis são dos EUA e China e apenas quatro são de outros países: Alemanha, Japão, Países Baixos e Grã-Bretanha. Esses dados também demonstram como a estrutura central de controle, tomando-se o faturamento, está dividida entre Europa, EUA e Ásia (China e Japão), mantendo-se na tradicional Tríade, com a diferença da entrada da China.

Esses dados envolvem, principalmente, o controle direto (propriedade do capital) ou por subsidiárias no mundo. Dados de Cohen (2007) tomados em 2005 revelavam que “77,000 multinational companies [...] operate 770,000 individual foreign subsidiaries and affiliates (*ibidem*, p. 63). O autor completa: ”If educated guesses about the value added of MNCs in their home countries are combined with the estimated value added of their overseas subsidiaries, companies having a multinational presence probably accounted for between 50 and 80 percent of the world’s industrial output in the early 2000s” (*ibidem*, p. 56). Dessa forma, pode-se concluir que as TNCs têm seus centros de controle altamente concentrados no centro e não na periferia do sistema.

Para manter o controle mundial das estruturas produtivas ou de comercialização espalhadas por diversos espaços geográficos de um lado, e dada a existência de Estados nacionais dispersos em cada um desses espaços de outro, as TNCs buscam exercer diretamente pressão sobre os Estados nacionais e suas políticas. Precisam ter o controle das políticas locais para atuarem em suas estratégias globais. Utilizam para tal pressão um aparato

institucional supranacional constituído e administrado por elas próprias e que vem se fortalecendo desde após a II Guerra Mundial. O objetivo é controlar os próprios Estados nacionais, tanto centrais como periféricos. Carroll, analisando principalmente o grupo europeu e o estadunidense<sup>12</sup>, chama essas instituições de “*policy groups*”:

*The corporate-policy network is highly centralized [...] Its inner circle is a tightly interwoven ensemble of politically active business leaders; its organization core includes the Trilateral Commission, the Bilderberg Conference, the European Round Table of Industrialists and the World Business Council for Sustainable Development. [...] The North-Atlantic ruling class remains at the centre of the process.*(CARROLL, 2010, p. 201)

Estas instituições são responsáveis por abrir caminho político para a transnacionalização do capital Norte-Atlântico. São instituições privadas supranacionais criadas pelas TNCs, que atuam em uníssono para levar ao mundo, aos governos independentes e dispersos, as políticas que lhes garantem a acumulação global de capital, o controle centralizado com a produção dispersa em diversos países, e a apropriação global do valor excedente extraído em cada local de atuação direta ou via terceiros. Para isso precisa dos Estados nacionais.

Carroll analisa em detalhes o funcionamento e a origem dessas instituições. Mostra como estão interconectadas e localizadas, bem como as maiores corporações transnacionais as controlam por meio de seus executivos que ocupam cargos de direção dentro delas. Destaca-se seu papel na estruturação da ideologia que define as políticas e as estratégias mundiais com o objetivo de influenciar os aparelhos de comando dos Estados nacionais. Para isso buscam atuar por dentro deles, subordinando-os à lógica do processo mundial de acumulação de capital.

---

<sup>12</sup> A Ásia não faz parte dessa estrutura institucional. A China construiu em torno de si uma estrutura de controle institucional em paralelo à estrutura Norte-Atlântica, como demonstra Carroll a partir da elaboração da lista de corporações que estão no comando desses “policy groups”.

*[...] by the closing of twentieth century a well-integrated transnational corporate community had formed, and that neoliberal policy groups, themselves vehicles of globalization, were instrumental in its formation. [...] They educate publics and states on the virtue of the neoliberal paradigm. In short, they are agencies of political and cultural leadership, whose activities are integral to the formation of a transnational capitalist class. (ibidem, pp. 54-55)*

Os Estados nacionais que representam a condensação de forças das frações de classe na disputa pelo poder em um determinado espaço-nação (POULANTZAS, 1985, p. 148) estão dispersos, enquanto as TNCs, globalmente muito grandes, estão organizadas politicamente em instituições supranacionais que unificam seus interesses, que são responsáveis pela formulação de política e estratégias globais, que defendem seus pontos de vista disseminando-os nos encontros e reuniões anuais que agrupam, no mesmo espaço, executivos, políticos e seus intelectuais orgânicos (principalmente economistas). Atuam com objetivo de cooptar frações de classes locais que possuem poder nos Estados-nacionais para internalizar seus interesses e influenciar a formulação de leis e políticas que as favoreçam por dentro dos Estados nacionais.

O capital transnacional está centralmente organizado, os Estados não. Isso facilita o controle sobre os Estados, que se tornam, inclusive, concorrentes dispersos em disputa pelas TNCs, para atraí-las aos seus territórios, com o objetivo de se “integrar à globalização”. Essa é a nova ideologia do desenvolvimento. Como afirma Michalet, tratando dos Estados do centro, “... *l’Etat ... deviant un simple facilitateur de l’activité des entreprises*” (MICHALET, 1999, pp. 129-130). Assim, por atuar de forma organizada, são capazes de submeter aos seus objetivos tanto os Estados do centro como, principalmente, os periféricos.

*Transnational policy-planning bodies like the European Round Table of Industrialists have come to play important roles in the constructing the consensus within business communities that enables corporate capital to project influence in political and cultural domains that transect national borders. ... such groups comprise a multi-organizational field, within what has been called global civil*

*society, from which have emanated visions and policy proposals of a broadly neoliberal character* (CARROLL, 2010, p. 179).

Essas instituições supranacionais têm por objetivo abrir o espaço para a acumulação em escala global, sem deixar – ao contrário, procuram impedir – que ações contrárias em defesa de interesses nacionais independentes possam tomar lugar. Dessa forma buscam o controle hegemônico e pressionam os Estados nacionais para garantir o interesse do capital transnacional. A forma eficaz de pressão deve ocorrer por dentro dos Estados, via composição da fração de classe hegemônica. As políticas tomam a aparência de internas e não como algo “vindo de fora”, de um Estado Imperial.

Esse domínio que TNCs exercem no mundo por meio dessas instituições está presente tanto nos Estados centrais como em Estados dependentes. Isso fica claro quando as corporações norte-americanas com negócios na China forçaram o governo Clinton, em 1994, a abandonar “silenciosamente suas políticas de condicionalidade”, que impunham restrições econômicas à China, forçando-o a suspender as medidas (ver KISSINGER, 2011, p. 451). A mesma lógica pode ser vista no documentário *The Brussels Business: Who Runs Europe*<sup>13</sup>, que mostra o trabalho de lobby das grandes corporações sobre o Parlamento Europeu. Tratando dos EUA, “os analistas do pensamento dominante observam despreocupadamente que ‘as grandes empresas controlam totalmente a máquina de governo’ (REICH), reiterando a observação de Woodrow Wilson [...] de que ‘os donos do governo dos Estados Unidos são os capitalistas industriais associados’” (CHOMSKY, 2006, p. 230).

O Estado capitalista sempre atuou como parte integrante do processo de acumulação do capital em geral, como regulador dos contratos, principalmente para permitir a apropriação do valor criado socialmente pelos capitais individuais e sua reaplicação no processo de acumulação (WOOD, 2014, p. 106). Sua ação é materializada por seus braços burocráticos. Por isso, o controle dos aparelhos e da burocracia pelas TNCs é central. Um

---

<sup>13</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=QFevdq4wZRw>

exemplo é a hegemonia dos economistas, principalmente os ortodoxos, que se constituem como intelectuais orgânicos formados nas grandes universidades da Europa e dos EUA a partir de um “pensamento único” e que dizem atuar como “técnicos” na formulação de políticas econômicas defendidas por essas instituições transnacionais, sob o controle do grande capital transnacional.

Se este poder está presente nos próprios países do centro, onde estão as estruturas de controle das TNCs, na periferia do sistema também se manifesta no controle por dentro dos aparelhos de Estado e da burocracia. Por isso, as TNCs compõem ou se aliam às frações de classe na disputa pelo poder. E, quando os Estados periféricos escapam ao controle das mãos das TNCs, de suas frações de classe em aliança com as frações de classe locais, não se furtam em utilizar meios mais radicais, como o apoio ou fomento a golpes de Estado que aparecem como resultado de disputas locais em conflito.

Hoje, os direitos das corporações transcendem aos dos meros humanos (CHOMSKY, 2017, p. 120). [...] Os programas neoliberais da geração passada concentraram riqueza e poder em um número bem menor de mãos ao mesmo tempo em que arruinaram a democracia vigente ... A democracia acabou sendo debilitada à medida em que a tomada de decisão deslocou-se para Bruxelas ... o poder efetivo de moldar os eventos foi em larga medida deslocado das mãos dos líderes políticos nacionais para o mercado, as instituições da UE e as grandes corporações. (*ibidem*, pp. 298-9)

É nesse contexto que os Estados nacionais, ao invés de se enfraquecerem, devem se fortalecer em cada espaço de acumulação, principalmente, como mostra a história recente, quando seu objetivo é garantir as políticas neoliberais (abertura comercial e financeira, flexibilização do mercado de trabalho etc.). O capital transnacional, portanto, precisa penetrar a formação social, as frações da burguesia que constituem o bloco de poder local. Deve tomar parte na disputa, em aliança com as frações de classe locais. Os Estados continuam a cumprir seu papel tradicional de regular e organizar o espaço de acumulação para o capital em geral, qualquer que seja sua

origem. O capital não é mais nacional, embora esteja mais centralizado. O Estado é local e, em cada local, estrutura-se como condensação de forças indispensáveis à acumulação de capital. O sistema de poder e controle via instituições e aparelhos é central.

[...] a globalização não é uma economia mundial verdadeiramente integrada, ela também não é um sistema de Estados-nação em declínio. Pelo contrário, o Estado está no coração do sistema global, ele continua a desempenhar seu papel essencial na criação e manutenção das condições de acumulação de capital [...] como garantidor administrativo e coercitivo da ordem social, relações de propriedade, estabilidade ou previsibilidade contratual, [...] das condições básicas exigidas pelo capital em sua vida diária. (WOOD, 2014, p. 106)

Por isso o capital, em seu processo de expansão, não pode destruir e não deseja enfraquecer os Estados. O Estado continua como o centro do conflito e da organização do processo de acumulação do capital em geral. O que se modifica é a forma como se dá a condensação de forças dentro do Estado.

A partir disso, o conceito de subordinação não pode mais ser entendido sob a forma de um Estado em relação a outro, política ou até militarmente, forma que dava lógica ao imperialismo clássico. Não que o controle de um Estado sobre outro tenha sido extinto, mas a subordinação está ligada à condensação de forças na disputa entre as corporações transnacionais e a burguesia local pelo poder. Em cada país que se estabelecem, as TNCs devem penetrar o Estado, participar diretamente das relações internas de poder e controle. Sua relação com Estados locais passa por outros mecanismos de controle e poder que não estão mais amparados nos Estados de origem. São internalizados. Isso não significa que os Estados de origem percam sua relação com esse capital transnacional. No limite, estão prontos para agir diante de situações específicas demandadas pelo capital transnacional. O capital internacionalizado integra-se a diferentes Estados em que se localiza e compõe o bloco de poder local.

## Dependência e subordinação

Se o Estado é constituído como relação social e sua estrutura está conectada a como se organizam as frações da burguesia, sua subordinação ou independência está relacionada a como se constitui o bloco de poder, a como se organizam os conflitos entre as frações de classe que formam o bloco no poder. Os aparelhos de Estado e sua burocracia são o resultado dessa condensação de forças. A burocracia constitui-se como um corpo de aparência técnica, os braços concretos da ação do Estado. Quando o capital transnacional ocupa as formações sociais e adentra as estruturas de poder, alia-se ou une-se à burguesia interna, constituindo uma nova correlação de forças no corpo do Estado.

Dessa forma, a partir da internacionalização do capital, os Estados tornam-se subordinados ou não segundo a correlação de forças das frações da burguesia ou das frações do capital que fornecem a estrutura do Estado. A forma como cada país participa do poder global depende dos graus de controle social sobre o processo de acumulação, que se refletem sobre o seu Estado. Assim, depende de como se dá a aliança entre a burguesia nacional e o capital transnacional internamente. Essa aliança pode ser uma associação entre iguais, como Poulantzas descreveu antes nos países metropolitanos ou centrais, ou pode ser subordinada, o que ele mesmo aponta quando trata de “formações dependentes”.

*A social formation is dominated and dependent when the articulation of its specific economic, political and ideological structure expresses constitutive and asymmetrical relationships with one or more other social formations which enjoy a position of power over it. The organization of class relationships and state apparatuses within the dominated and dependent formation reproduces within it the structure of the relation of domination, and thus expresses in a specific manner the forms of domination that characterize the class or classes in power in the dominant social formation(s). (POULANTZAS, 1976, p. 43)*

O poder das grandes corporações adentra os Estados à medida que materializa sua presença na composição do bloco de poder. Depende das

relações estabelecidas entre a burguesia local e o capital transnacional. A burguesia ou o capital “[...] cannot be understood simply as an ‘indigenous’ capital radically distinct from ‘foreign’ imperialist capital, and uniquely by reference to the economic contradictions that divide the one from the other” (*ibidem*, p. 70). Na relação subordinada dependente, a burguesia interna pode, em diferentes graus, tornar-se representante do capital transnacional na formação social que recebe o IDE. De certa forma, pode desaparecer a distinção clara entre burguesia interna e “burguesia compradora”,

*that fraction of the bourgeoisie which does not have its own base for capital accumulation, which acts in some way or other as a simple intermediary of foreign imperialist capital (which is why it is often taken to include the “bureaucratic bourgeoisie”), and which is thus triply subordinated – economically, politically and ideologically – to foreign capital. (ibidem, p. 71)*

Conforme aponta Amsden (2004, pp. 46-47), olhando para a diferença nas estratégias de desenvolvimento capitalista em diferentes países, há uma clara separação entre os países que integraram a internacionalização do capital com estratégias nacionais (tipo Japão – que se industrializa com capital nacional dominado por uma burguesia interna que constitui o Estado), e aqueles que o fizeram pela estruturação de uma “aliança estratégica” de associação ao capital transnacional sob o controle da burguesia interna (caso da China, veja SAWAYA, 2011). Amsden distingue essa lógica daquela de outros países que optaram por “comprar” o capital transnacional, abrindo-lhe espaço, constituindo uma de aliança subordinada entre a burguesia interna e as corporações transnacionais (caso do Brasil e de outros países na América Latina). A subordinação ou dependência é o resultado da dissolução da autonomia política e ideológica dessa burguesia em face do capital transnacional. A burguesia interna existe e tem poder, constitui o bloco no poder que integra o Estado, por isso a subordinação aparece na ação do Estado, na definição de suas políticas e estratégias, e não da formação social que o constitui.

No caso da relação entre metrópoles analisado por Poulantzas, a burguesia interna não se subordina, mas se alia com a burguesia externa, dado que *“the internal bourgeoisie maintains its own economic foundation and base of capital accumulation both within its own social formation, and abroad”* (POULANTZAS, 1976, p. 72), caso da relação Europa-EUA. Portanto, não é em qualquer situação que há uma relação de subordinação da burguesia interna ao capital transnacional quando este invade o espaço de acumulação nacional. Isso explica um Estado nacional trabalhar em favor de uma corporação estrangeira instalada em seu território ou em processo de internacionalização para outra região, ou Estados diferentes unirem-se para isso.

Em países periféricos, a relação de subordinação é profunda, dada a forma como a burguesia interna se submete ao capital transnacional em termos concretos diante de sua presença na estrutura econômica (controle por subcontratação e outras formas), política e ideológica. O Estado nacional dessas economias periféricas dependentes apenas reflete as relações de classe que se impõem dentro de seus aparelhos. O Estado sempre reflete em cada local a condensação da relação de forças sociais decorrente dessa estrutura econômica, política e ideológica.

Pode-se dizer que existe uma solidariedade de classe entre a burguesia interior e as corporações transnacionais em sociedades periféricas subordinadas. Na lógica da reprodução do capital em geral, quanto mais centralizado este se torna, mais essas frações da burguesia interna se amarram contratualmente ao capital transnacional, que, centralizado em monopólios e oligopólios, coloca-se nos nódulos de controle das cadeias de valor, sustentando seu poder central na economia por relações técnicas, particulares de cada setor econômico.

*The decisive criterion by which of the capitalist system societies are classified as “central” or “peripheral” is the character of their state. The central capitalist societies are characterized by the crystallization of a central bourgeois state whose main role (besides simply maintaining the dominion of capital) is to monitor the conditions of accumulation through the national control it exerts*

*on the reproduction of the labor force, the market, the centralization of surplus, natural resources and technology. The state here meets the conditions that permit a “self-centered” accumulation, that is, by subjecting external relations (more often than not, aggressively) to the logic of accumulation. By contrast, the peripheral state (like any other state that fulfills the function of maintaining the internal domination of class) does not control local accumulation. So it becomes – objectively – the instrument of “adjustment” of the local society to the demands of global accumulation, for which changes of direction are determined by changes occurring at the center. (AMIN, 1990, chapter 6).*

### **Conclusão – Estados e poder mundial**

A mundialização, embora na tradicional teoria do imperialismo tenha a forma de algo entre Estados, é um fenômeno do capital, que, em seu processo ampliado de acumulação, não respeita os espaços geográficos. Esse movimento do capital materializa-se em IDEs das grandes corporações, que se espalham em redes de contratos pelos espaços relevantes do mundo, resultado de sua contínua necessidade de reaplicar a massa de mais-valia acumulada em novos processos de valorização. Assim, as corporações, relações contratuais e não somente de propriedade, distribuem sua cadeia de valor e controle em diversos espaços, países e, portanto, Estados diferentes, segundo sua estratégia de acumulação.

Dessa forma, pode-se dizer que o capital é transnacional, o Estado não é. O que se buscou demonstrar é que o grau de autonomia ou subordinação que aparece como entre Estados ou ‘do Estado’ decorre de como se configura a condensação de forças entre as frações de classe e frações do capital dentro de cada espaço nacional. Portanto, seu grau de autonomia depende da constituição do bloco de poder que resulta da estrutura de poder de classe. Assim, a independência que constitui e caracteriza os Estados nacionais que detêm poder global está ligada a como a sua burguesia interna assimila ou participa da relação com o capital transnacional, a como se constitui o bloco no poder dentro do Estado-nação. Esse fato determinará quais Estados aparecerão como *players* no sistema que constitui o mundo hoje e quais

serão subordinados e dependentes. Em diferentes graus que deveriam ser analisados caso a caso, há burguesias internas estruturalmente mais subordinadas (Brasil, Argentina e México), há burguesias internas que sequer se associaram (Japão e talvez Alemanha), bem como há aquelas que se associaram de forma não subordinada (países asiáticos, China e alguns países centrais).

O processo de industrialização com capital transnacional, principalmente quando ele está no coração da cadeia de valor e detém a tecnologia, eleva as relações de dependência e controle que ocorrem por dentro dos Estados. O processo de globalização dos anos 1990 permitiu que o grande capital avançasse no seu processo de centralização global de capital, que, ao mesmo tempo que espalha estruturas produtivas de forma controlada em alguns países escolhidos no mundo, centraliza cada vez mais o controle nos países centrais.

O grau de centralização e controle político fortaleceu-se pelo poder da estrutura de governança supranacional criada para servir aos interesses das TNCs. Seus principais executivos administrativos CEOs, proprietários, políticos, seus intelectuais orgânicos atuam nas instituições e frequentam seus encontros mundiais. Essas instituições servem diretamente aos interesses do capital, dessas grandes TNCs. Por meio dessas instituições foi possível construir o consenso (neoliberal) que invadiu os aparelhos de Estado, principalmente por meio e por dentro das universidades que formam os intelectuais orgânicos do sistema, fundamentalmente os economistas, responsáveis pela construção dessa nova ideologia que se enraíza na estrutura burocrática dos Estados.

Este é o mundo controlado pelo grande capital transnacional, que realizou, sob a lógica capitalista, o planejamento global que garante, às forças do capital, o poder para apropriar-se do máximo de mais-valia produzida em qualquer parte do planeta.

Nesse contexto, por condições estruturais, determinados países periféricos perderam sua autonomia ao se inserirem de forma subordinada no

circuito global da acumulação de capital, ao se submeterem às políticas (neoliberais) defendidas pelas instituições que estruturam a ideologia e o comando político no mundo para as TNCs. Elevaram seu grau de subordinação e dependência. No processo, as economias da América Latina desindustrializaram-se. Retornam à sua condição primário-exportadora. E, dada a necessidade do controle sobre os aparelhos de Estado que o capital possui, é impedida qualquer tentativa de modificação ou subversão a esta ordem globalmente imposta. O grau de enraizamento do poder do capital na estrutura de classe em cada país e na burocracia é o que se modifica em relação às formas históricas clássicas de controle.

## Referências

- AMIN, Samir. *Maldevelopment: Anatomy of a global failure*. Tokyo; London: United Nations University Press; Zed Books Ltd., 1990.
- AMSDEN, Alice. *A ascensão do “resto”: desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: UNESP, 2004.
- CARROLL, W. K. *The Making of a Transnational Capitalist Class: corporate power in the 21st century*. London-New York: Zed Books, 2010.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2003.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump*. Chicago: Haymarket Books, 2016.
- CHOMSKY, N. *Os Estados fracassados: o abuso do poder e o ataque à democracia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Quem manda no mundo?* São Paulo: Planeta, 2017.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- COHEN, S. D. *Multinational Corporations and Foreign Direct Investment: avoiding simplicity, embracing complexity*. New York: Oxford University Press, 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- DICKEN, Peter. *Global Shift: the internationalization of economic activity*. London: Paul Chapman Publishing, 1992.
- DOS SANTOS, T. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo: a nova arquitetura do poder; dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo: Outras Palavras, 2017.
- EICHENGREEN, Berry. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- HARDT, M. & NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HODGSON, G. *Economia e instituições: manifesto por uma economia institucionalista moderna*. – Oeiras (Portugal): Celta, 1994.
- HYMER, S. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- KISSINGER, H. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- KORTEN, David C. *Quando as corporações regem o mundo*. São Paulo: Futura, 1996.
- LENIN, V. I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.
- LIST, G. F. *Sistema nacional e economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação de capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. (organizado por SADER, Emir). Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARX, Karl. *O capital: crítica a economia política*. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

- \_\_\_\_\_. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro, 2000.
- MASCARO, Alysson L. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MICHALET, C-A. *La séduction des Nations ou comment attirer les investissements*. Paris: Economica, 1999.
- MOFFITT, Michael. *O dinheiro no mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- PALLOIX, Christian. *Asfirmas multinacionais e o processo de internacionalização*. Lisboa: Estampa, 1974.
- POULANTZAS, Nicos. *Classes in Contemporary Capitalism*. London: NLB, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- SAES, Décio. “A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas”, *Crítica Marxista*, n. 7, pp. 46-66, Campinas, 1997.
- SAWAYA, Rubens R.. “China: uma estratégia de inserção no capitalismo mundial”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 28, pp. 5-35, São Paulo, fevereiro de 2011,
- \_\_\_\_\_. *Subordinated development: transnational capital in the process of accumulation of Latin America and Brazil*. Chicago: Haymarket Books, 2019.
- SKLAIR, L. *The transnational capitalist class*. Oxford-UK; Victoria-Australia: Blackwell, 2001.
- WILLIAMSON, Oliver. *The Economic Institutions of Capitalism*. New York: The Free Press/Macmillan, 1985.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Imperialismo dos EUA; hegemonia econômica e poder militar”, *Crítica Marxista*, n. 19, São Paulo, Revan, outubro de 2004.
- \_\_\_\_\_. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.